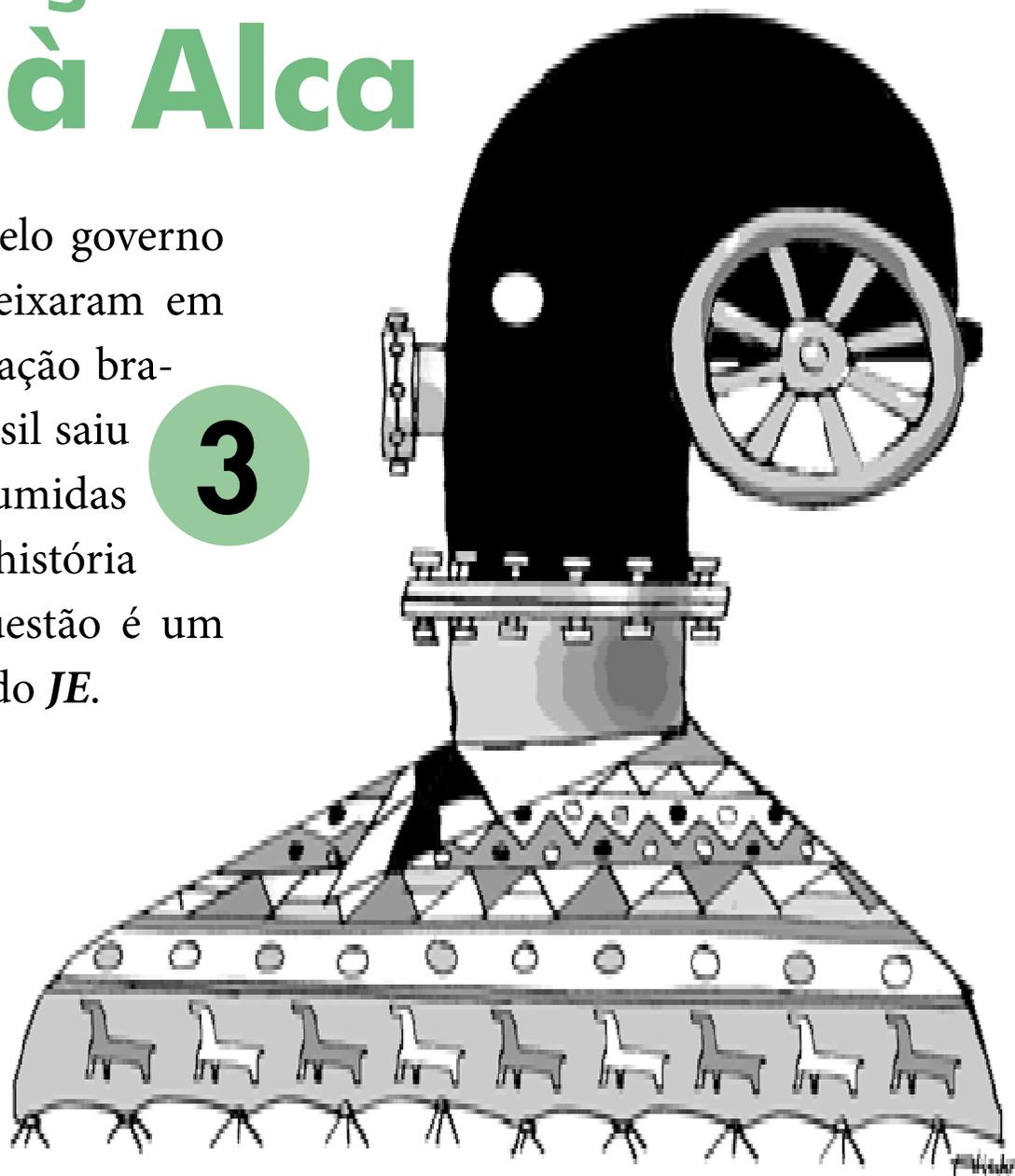


A integração é antídoto à Alca

As mudanças implementadas pelo governo de Evo Morales, na Bolívia, deixaram em muitas áreas e setores da população brasileira a percepção de que o Brasil saiu perdendo, com as decisões assumidas pelo governo mais popular da história boliviana. Responder a essa questão é um dos pontos chaves desta edição do *JE*.

3



Cesar Benjamin:

"A imagem que o Brasil tem de construir de si mesmo é a de não europeu. Por que existe o Brasil? Qual o sentido da nossa existência?" São questões abordadas pelo editor e escritor.



8

As catracas são um bom exemplo da gestão neoliberal na administração pública. Hoje, se disseminam nos órgãos governamentais, como se fossem exemplo de transparência do serviço público.

11

Um novo visual

Nesta edição, o **JE** traz a seus leitores um novo projeto gráfico. Foram mais de três anos com o visual antigo e a mudança no desenho das páginas tem por objetivo oferecer uma leitura mais atraente e agradável a seus leitores e leitoras. Comprometido com as mudanças de nosso tempo, o jornal moderniza sua linguagem gráfica, sem perda do conteúdo.

Prova disso é que a estréia da nova paginação se dá em uma edição tomada pelos temas que hoje se destacam na conjuntura política e econômica de nosso país. A nova situação criada pela recente nacionalização do petróleo e gás na Bolívia é uma das preocupações deste número, que traz também uma reflexão a respeito das mudanças que vêm ocorrendo nas instituições governamentais e autarquias, com a introdução de catracas para o controle do horário de seus funcionários.

São destaques também as palestras apresentadas no seminário Pensando o Brasil, por dois formuladores de políticas: o tenente brigadeiro Sérgio Ferolla e o editor César Benjamin. Ferolla trata de um tema extremamente estratégico para o país, os projetos na área da ciência e da tecnologia. Cesar propõe um roteiro histórico resumido de uma idéia chamada Brasil.

Com essas abordagens inauguramos o novo visual do **JE**, na expectativa que ele alcance o seu principal objetivo, que é agradar e cativar leitores e leitoras. 

SUMÁRIO

3

Entrevista

Gisele Rodrigues
Que Bolívia é esta?

6

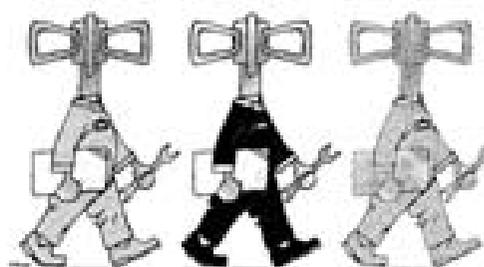
Sérgio Ferolla
O desafio de decidir nossos destinos

8

César Benjamin
Construindo uma idéia de Brasil

11

Antonio de Ponte Jardim
As catracas na "nova gestão" pública



13

América Latina é tema de cursos no Conselho

15

Fórum Popular do Orçamento
LDO: projeto do Executivo é capenga

16

Dia do Economista terá palestras na ABI Lançado III Prêmio de Jornalismo

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Reportagem:** Rebecca Ramos
Ilustração: Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, Ruth Espinola Soriano de Souza – 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá

Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickman Young – 2º terço (2003/05): Antônio Augusto de Albuquerque Soares, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2004/06): Angela Maria de Lemos Gelli, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.



As medidas adotadas pelo governo da Bolívia, especialmente, em relação ao Brasil, causaram na sociedade brasileira as mais diversas reações, do cidadão comum à mídia.

Não faltaram vozes que clamaram por vingança, que exigiram uma resposta “à altura”, seguindo a conhecida máxima do “olho por olho, dente por dente” contra o governo de Evo Morales, por este ter nacionalizado todas as reservas de petróleo e gás do país, retomando para o Estado boliviano o que lhe foi retirado ao longo de sucessivos governos que entregaram, quando não doaram, o patrimônio público nacional.

Nesta edição, buscamos a economista Gisele Rodrigues, especialista em políticas energéticas para a América do Sul, para conversar sobre os novos cenários criados a partir das decisões do governo Morales, incluindo, a situação da Petrobras, empresa que investiu bilhões de dólares no gasoduto Brasil-Bolívia e que, para muitas compreensões, “saiu perdendo” com a decisão que nacionalizou reservas e riquezas minerais bolivianas.

QUE BOLÍVIA É ESTA?

■ Gisele Rodrigues
Economista

JE – Prevalece na chamada opinião pública a percepção de que o Brasil foi vítima, no caso da nacionalização do gás boliviano: “Garfaram a Petrobras” – é um tipo de comentário muito ouvido nas ruas. O que dizer sobre isto?

Gisele Rodrigues – É claro que nenhuma companhia atuando em um país no exterior, cuja função precípua é a maximização de lucros, se sente bem depois de um processo de nacionalização de ativos, cuja prescrição básica é o aumento da tribu-

tação de 50% para 82% sobre a extração do petróleo, e a expropriação - mediante indenização - das refinarias, dutos e logística de distribuição da Petrobras. Porém, é preciso que se esclareça que o capitalismo é um sistema que implica, intrinsecamente, em risco. Ou seja, quando uma companhia se aventura no exterior, em busca de novas receitas, ela fica sujeita às leis dos países nos quais ela atua – o chamado risco regulatório. Isto, em qualquer parte do mundo. Até nos EUA, onde as leis são rigorosíssimas para o capital estrangeiro! Qualquer país é soberano para

alterar suas leis a qualquer tempo. O Brasil reconhece esta soberania das nações, ou seja, a autodeterminação dos povos, no artigo 4º, Título I – Dos Princípios Fundamentais, item III, da Constituição de 1988. E, na Bolívia, Evo Morales herdou um instrumento muito poderoso – fruto da natureza centralizadora das instituições bolivianas legada pela Espanha na época da colonização – e que lhe dá muito poder: o decreto supremo, que faculta ao Executivo emitir leis sem passar pelo legislativo. Foi este instrumento legal (Decreto Supremo 28.701) que lhe possibilitou cumprir com uma promessa de campanha em primeiro de maio de 2006: a nacionalização dos ativos do setor de hidrocarbonetos (óleo e gás natural).

O que resta à companhia (Petrobras), agora, é recorrer à arbitragem internacional, caso ela creia que não esteja sendo ressarcida como deveria no caso da indenização de seus ativos de refino, transporte e distribuição que estão sendo atualmente auditados pelo governo boliviano. Entretanto, a Petrobras se encontra em uma posição difícil. O que é muito pouco divulgado pela mídia, é que a empresa, e não só ela, como todas as companhias estrangeiras operando na Bolívia - Repsol, British Gás (BG), British Petroleum (BP), Total etc –

perderam o prazo de migração para os novos contratos fixados pela nova Lei de Hidrocarbonetos boliviana (Lei 3.058), aprovada em maio de 2005, quando Evo Morales era apenas um candidato à presidência, e que continua em vigor, nos artigos que não foram anulados pelo Decreto Supremo 28.701. Esta lei, que revogou a lei de hidrocarbonetos anterior (que viabilizou a privatização dos ativos de óleo e gás durante a década de 90) e instituiu originalmente o aumento da tributação sobre as companhias de 18% para 50%, definia o dia 15/11/2005 como a última data para a migração (adequação à nova lei). Após este dia, as companhias ficaram sem marco legal na Bolívia. É bem verdade que a

Petrobras, assim como as demais multinacionais, exigiram do governo boliviano o formulário de migração, mas ele acabou não sendo enviado às companhias pelo então presidente, Eduardo Rodríguez Veltzé, sob a alegação de que ele não se sentia com autoridade, na condição de presidente interino da Bolívia (Eduardo Rodríguez, ex-presidente da Suprema Corte de Justiça, chegou à presidência em 09/06/2006, pela renúncia de Carlos Mesa), para exigir das companhias o extenso cumprimento da nova Lei de Hidrocarbonetos.

JE – O “conflito” sobre o gás boliviano dá-se em um contexto no qual o governo brasileiro é um dos atores mais importantes na defesa da integração

BODY TECH

Como a taxa de juros não baixa, baixamos a taxa de adesão.

PROMOÇÃO AI BODY TECH PARA O CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA. 50% OFF NA TAXA DE ADESÃO + 10% OFF NOS PLANOS TRIMESTRAIS.

É a mais completa rede de academias do Rio com vantagens exclusivas para filiados Corecon. Infra-estrutura moderníssima, atividades super diferenciadas e equipe técnica de alto nível. Apresente sua identificação em qualquer unidade e comece já a aplicar em ações que pagam dividendos para sua saúde.

Promoção válida até 31 de Julho: venha correndo!

Barra - Av. das Américas, 700 / 1º Piso - Shopping City America **Botafogo** - R. General Urquiza, 102
Copacabana - Av. R. Sra. de Copacabana, 801 **Glória** - R. Marquês de São Vicente, 52 / 4º Piso
Ipanema - R. Visconde de Pirajá, 360 b - Sobrado • R. Gomes Carneiro, 90 • R. Barão da Torre, 577
Itaí - R. Lauro Muller, 118 / 53 - Shopping Itá Sul www.abodytech.com.br

Transforme sua escolha em resultados.



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**
Liberar na formação de líderes



Turmas ago/set 2006

Certificada, Programa e Corpo Docente da FGV

MBA Pós-Graduação

Niterói

Gestão Empresarial, Início em: - Gestão Empresarial
- Pessoas
- Logística
- Negociação Internacional

Ações governamentais, em valores

Marketing

Gestão de Projetos

Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria

Gestão de Organizações Hospitalares e Sistemas de Saúde

Pós-Graduação

Niterói, Nova Friburgo e Petrópolis

Direito - FGV Advogado Civil
Segunda e quarta-feira, das 19h às 21h30

Administração de Empresas - FGV Executivo Jr.
Quarta e quinta-feira, das 19h às 21h30

As provas serão realizadas em três diferentes dias e locais. | Ações disponíveis em meio eletrônico

Niterói

(21) 3002-2222

Av. Brasil, 4700 - Friburgo, RJ
08800-000

www.fgv.br
contato@fgv.br

100% Alinhado para
associação CORECON



sul-americana, cuja uma das materializações econômicas seria a construção de um gasoduto ligando norte e sul do continente. Em que a nacionalização do gás boliviano altera e/ou cancela este projeto?

Gisele – A nacionalização que, para a sociedade, em geral, foi tomada como um susto, para quem acompanha a situação na Bolívia já era plenamente previsível. Ela poderia ter acontecido em 2003, visto que Evo Morales já disputara as eleições presidenciais em 2002, e quase ganhou, ficando em segundo lugar, atrás do privatista e liberal Gonzalo Sánchez de Lozada, o “Goni”. Nesta época, a nacionalização já fazia parte de sua plataforma política.

Evidentemente, após a nacionalização, a Petrobras ficou mais cautelosa com respeito aos seus investimentos internacionais, ainda mais se considerarmos um projeto que deverá consumir, no mínimo, US\$ 25 bilhões, como é o caso do Gasoduto do Sul, cuja estrutura começaria na Venezuela e iria até a Patagônia, na Argentina, passando pelo Brasil, podendo haver a interligação com outros países, como Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia. Entretanto, não se pode confundir troca de propriedade dos ativos (nacionalização) com contrato de fornecimento entre dois ou mais países. Neste caso, elabora-se um contrato supranacional, não sujeito à legislação de nenhum país específico, que garante às partes que haverá continuidade de fornecimento, mesmo que as legislações dos países sejam reformuladas.

E caso algum país descumpra o contrato, ele estará sujeito à arbitragem em um foro internacional previamente definido pelas partes. Este é o caso do Gasoduto Bolívia-Brasil, o Gasbol. Foi por isso que não houve

interrupção do fornecimento de gás boliviano, nem aumento não previsto do preço do gás em decorrência da nacionalização, pois o suprimento de gás da Bolívia está sujeito à legislação internacional do Gas Supply Agreement (GSA), o qual elegeram como foro de arbitragem a cidade de Nova Iorque, nos EUA. O GSA (que expira apenas em 2019) possui cláusulas de reajustes automáticas e pré-acordadas e só pode ser revisto se as duas partes – Brasil e Bolívia – estiverem de acordo.

Caso contrário, a parte não satisfeita deve notificar formalmente a outra parte e esta terá 45 dias para se manifestar. Se não houver consenso, a parte inconformada poderá, só então, recorrer à arbitragem em Nova Iorque. Este também é um ponto muito pouco esclarecido pela mídia em geral. É importante ressaltar, por sua vez, que no caso do Gasoduto do Sul a maioria dos investimentos ocorreria aqui, no Brasil, já que cerca de 70% do duto passariam por território brasileiro, e este seria um genuíno instrumento de integração e endogeneização do desenvolvimento, já que criaria um eixo norte-sul (até agora o território da América do Sul é cortado por eixos de integração leste-oeste, derivados do modelo primário-exportador) e colocaria à disposição para as novas regiões a serem desenvolvidas uma fonte nobre e mais limpa de energia – o gás natural.

JE – Com as eleições recentes para a Assembléia Constituinte e a consulta nacional sobre a autonomia regional, que interferências os resultados dessas escolhas poderão produzir sobre os demais campos,



das relações entre os países sul-americanos, em especial, o econômico, com seus projetos como o gasoduto etc?

Gisele – Com certeza, os resultados das eleições para a Assembléia Constituinte, que garantiram ao MAS (Movimento ao Socialismo), partido de Evo Morales, a maioria simples (135 dos 255 constituintes) e derrota-

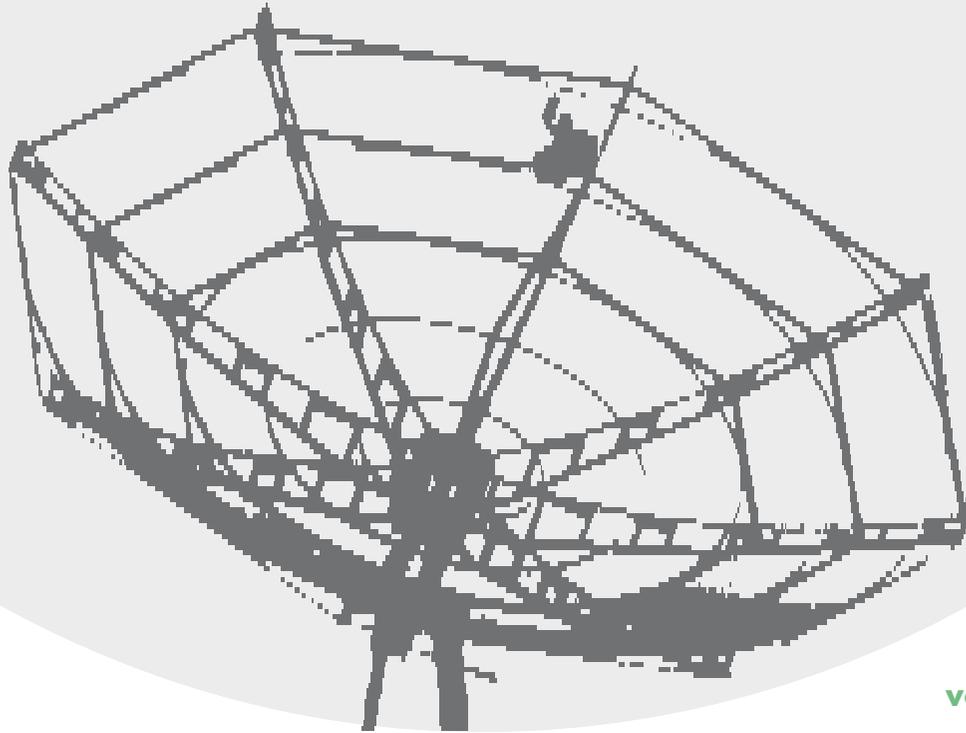
ram a reivindicação de uma autonomia regional, apontam no sentido de impulsionar os movimentos nacionalistas e pró-integração sub-regional (mesmo no Peru, cujo congresso acaba de assinar o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA, no “apagar das luzes” do governo de Alejandro Toledo). Pois, ainda que tenha tropeços, o projeto de integração da América do Sul será o único antídoto contra o movimento norte-americano de “comer pelas beiradas”, via articulação de TLC’s rumo à integração hemisférica. Este movimento nos imporia grandes perdas,

não só comerciais, mas também na área de patentes, investimentos e serviços. Basta olhar o que está acontecendo com o México no Nafta, completamente subjugado à economia norte-americana. Mesmo a eleição de López Obrador seria insuficiente para reverter o quadro de total falta de autonomia do país, mesmo que está aos compromissos firmados no âmbito do Nafta. Na América do Sul, entretanto, há chance de esboçarmos uma reação contrária a esta tentativa de anexação formal de nossos países. Ao verter o gás sul-americano para o próprio subcontinente, o Gasoduto do Sul estaria colaborando não só para uma menor dependência dos EUA, mas também para a auto-suficiência energética da América do Sul, fundamental para o nosso desenvolvimento, em um contexto de preços de petróleo elevados e de uma geopolítica da energia imposta pelos EUA e afeita a guerras. A cumplicidade da Bolívia com este movimento é grande. Não é à toa que, desde o dia 29/06/2006, a Bolívia aderiu formalmente ao projeto do Gasoduto do Sul. **JE**



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

O desafio de decidir nossos destinos



Publicamos
nesta e nas
próximas páginas
duas palestras da
série de debates “Pen-
sando o Brasil”, realiza-
da na ABI e promovida por
diversas entidades da socieda-
de civil e do movimento social, entre
elas, o Centro de Estudos para o Desen-
volvimento (CED), criado a partir do Corecon-
RJ e do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro. Nes-

ta edição, as conferências do Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Sergio Ferolla, e do escritor e editor Cesar Benjamin, induzem a pensar na formação da cultura brasileira e nos objetivos e políticas em curso na área do conhecimento, do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

■ Sergio Xavier Ferolla,
Tenente Brigadeiro

Muito além dos discursos políticos e propostas de acordos comerciais e de cooperação internacional, a realidade palpável de nossos dias retrata um acirramento na disputa pelos bens essenciais à sobrevivência dos povos, dentro de um espectro de convivência que está longe de ser definitivamente organizado.

Assim, se uma maior inserção de nossa sociedade na convivência internacional é um imperativo dos dias atuais, devemos fazê-lo segundo regras que, respeitando os procedimentos das boas relações

entre Estados soberanos atenda às nossas necessidades e aspirações. Não nos interessam modelos importados, por mais elaborados que se apresentem e qualquer que seja a sua origem, uma vez que não atendam a um princípio fundamental – o interesse nacional.

Nesse conturbado cenário, avulta-se a necessidade de que sejam preservados nossos recursos naturais, nossa cultura e, em especial, a busca da capacitação científica, tecnológica e industrial, dentre as muitas ações essenciais para assegurar a integralidade do desenvolvimento, com a expansão do mercado interno e ocupação do espaço nacional.

A recém lançada Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior prioriza aqueles setores em que nosso país anseia por imprescindíveis conquistas. O ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Resende, disse que “desenvolvidos são os países que detêm conhecimento técnico-científico e capacidade de decidir seu destino”.

Porém, como decorrência do modelo predominante, com abertura indiscriminada da economia, é destacada a participação de empresas transnacionais no parque industrial nacional. Dessa forma, raramente a inteligência nacional é chamada para a geração de novos produtos, já que tais empre-

sas, trabalhando sob a direção de suas matrizes, no país de origem, utilizam soluções tecnológicas e processos produtivos concebidos no exterior, reservando para as filiais, em geral, a montagem final dos produtos, com a produção local restringindo-se a alguns materiais e componentes.

Como fica a soberania do Estado e das empresas

Sob essa falsa ótica de modernidade, os Estados passam a não mais ter argumentos para proteger as empresas nacionais, que, frequentemente, para prosseguir atuando

também se valem das vantagens da importação sobre a produção local, com a atividade industrial sendo orientada por interesses puramente comerciais, muitas vezes divergentes do interesse nacional.

Boa parcela dessas empresas, quando muito investe na aquisição das informações tecnológicas ainda disponíveis no exterior, bem como na aquisição de máquinas e equipamentos para os novos processos que lhes são fornecidos, sobrevivendo assim por pequenos ciclos, já que adquirem o “know-how” (como fazer), mas dificilmente o “know-why” (porque fazer), restrito aos laboratórios das grandes corporações.

Diante de tal realidade, restamos, como alternativa, maximizar os incentivos aos laboratórios dos institutos de pesquisa e das universidades, priorizar os setores produtivos, ainda sob controle nacional, buscando investir em segmentos estratégicos que, de forma direta e/ou indireta, gerarão subsídios para a participação da tecnologia e da empresa brasileira em produtos mais elaborados.

Contrariamente aos complexos industriais, quando o país investe em áreas de interesse estratégico, enfoca qualidade e confiabilidade, perdendo significado serem quantificadas suas aplicações. Podem ser aviões, como navios, plataformas petrolíferas, radares, foguetes, satélites, supercomputadores.

Na busca dos objetivos estabelecidos e dos produtos derivados, os componentes e materiais obtidos deixam no parque industrial um resíduo tecnológico totalmente subsidiado, que viabilizará o surgimento de equipamentos profissionais de elevada qualidade e confiabilidade, a custos com-

petitivos. Esse modelo foi aplicado na Europa, na década de 60, quando os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico concluíram pela necessidade da fixação de objetivos estratégicos de médio e longo prazos, que servissem de estímulo a um desenvolvimento regional auto-sustentado. 



Exemplos de sucesso

No setor industrial brasileiro, pela pujança do país, e mesmo lutando contra as inconstantes políticas setoriais, ainda nos restam segmentos passíveis de otimização e estímulo a serem considerados, numa desejada retomada do desenvolvimento. Com as devidas adaptações, os resultados vitoriosos nos países desenvolvidos reforçam a validade da continuação de um modelo análogo, cuja implementação vem, desde a década de 70, gerando tecnologias e produtos industriais.

São exemplos de sucesso, os resultados obtidos nos setores aeronáutico, espacial, nuclear, naval, do petróleo e combustíveis alternativos, da siderurgia, dos armamentos, das telecomunicações e eletrônica etc., com destaque para a Petrobras, o Programa Nacional do Álcool, o domínio dos combustíveis nucleares e a Embraer, entre muitos outros.

Considerando ser cada vez maior a dificuldade dos organismos oficiais na execução dos programas tecnológicos e industriais, não só pela rigidez dos instrumentos legais, como pelo complexo relacionamento com os fornecedores externos, o envolvimento do nosso parque industrial significará mais flexibilidade, redução dos prazos e certeza de sucesso, com os consequentes benefícios para a sociedade.

Pela responsabilidade governamental nos programas espaciais, caberá, sempre, à Agência

Espacial Brasileira (AEB) a definição maior dos objetivos almejados e, ao IAE, as fases de integração mecânica, elétrica, carregamento dos propulsores a propelente sólido, integração final no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, e operações de lançamento. Esse mesmo modelo de desenvolvimento tecnológico poderá também ser utilizado para a fabricação de cada exemplar do Satélite Geo-estacionário Brasileiro, os quais o Brasil deverá colocar em órbita da Terra até o ano de 2012, a fim de atender compromissos do Estado brasileiro com a Organização de Aviação Civil Internacional.

Os resultados dos setores científico, tecnológico e industrial demonstram a importância dos investimentos em áreas estratégicas, assim correlacionados pelo seu significado em termos de expressão do poder nacional e seus reflexos diretos nos segmentos privados do parque produtivo e dos serviços. São tecnologias avançadas, dando origem aos produtos eletrônicos sofisticados; novos materiais para soluções de engenharia e na área da medicina; computadores cada vez menores, mais eficientes e de menor custo; controle e proteção do meio ambiente; enfim, um sem-número de aplicações que tornam cada vez mais ativa e confortável a ação do ser humano no seio das modernas sociedades.

Por motivos de espaço, as palestras estão editadas, mas suas íntegras podem ser lidas no portal dos economistas, na internet: www.economistas.org.br.



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Construindo uma idéia de Brasil



Quando observamos a nossa espécie, vemos que ela tem uma particularidade única, que é a extrema diversidade em nosso comportamento. Todas as

outras espécies de animais que existem têm basicamente comportamentos repetitivos. E um pouco do que olhamos do ser humano, vimos que é praticamente infinito o espectro de possibilidades do seu comportamento. Essa extrema diversidade do comportamento humano deve ser sempre percebida ao longo da história, não só em termos individuais como de sociedade: o que era bom em um lugar, não era bom em outro.

■ César Benjamin, editor

A sociedade tem comportamentos diferentes, e essa questão sempre foi um enigma, que começa a ganhar tratamento sistemático e “científico” no século XIX, a partir da formação dos grandes impérios mundiais centrados na Europa. A questão da compreensão da diversidade de comportamento se torna questão de Estado e é objeto de estudos sistemáticos, supostamente científicos.

Pela primeira vez, o enigma da diversidade do comportamento humano passa a receber um tratamento aparentemente sagrado na metodologia científica. E nesse contexto se afirma uma nova disciplina, um novo campo de conhecimento, que passa a ser conheci-

da como antropologia física. Essa disciplina converge na direção de um conceito sintético, que expressa o resultado desse longo esforço da antropologia física que é o conceito de “raças humanas”.

A divisão em raças

O saber europeu no século XIX, pela primeira vez na história, divide a humanidade em raças. Essa divisão é empírica. Isso converge para essa idéia de que a humanidade está dividida em diferentes raças. Obviamente, não foi um ato ingênuo de classificação. Aqueles que promovem esse conhecimento, não por acaso são potências dominantes, colonizadores do século XIX, que se colocam no topo da hierarquia. Isso desempenha um papel ideológi-

co extremamente relevante, pois confere à expansão colonial europeia a expressão de uma supremacia natural.

A antropologia viveu seus anos de ouro na segunda metade do século XIX, e começa a ter uma inflexão a partir da última década. A figura que destaco nessa inflexão é a de um pesquisador alemão, que depois vai se radicar nos EUA, chamado Franz Boas. Era químico por formação. Ele depois se interessa por questões da antropologia e adota como hipótese de trabalho inicial a idéia de que o meio geográfico é a fonte mais importante do enigma da diversidade humana. O grupo humano que vive em um ambiente limite, no Pólo Norte, por exemplo, deve ter um impacto desse ambiente. E Boas se transporta para o Pólo Norte, se

perde pelo caminho, e vai viver entre os esquimós que, curiosamente, eram considerados pelos europeus um povo estúpido, burro, desinteressante. Boas se fixa e se transforma em um esquimó, aprende a língua, mora em aldeia.

Ele começa a compreender por dentro certos padrões de comportamento que para os europeus eram completamente inexplicáveis. Ele tem como primeira grande sacada, a de que é muito importante o pesquisador conseguir se tornar familiar àquilo que lhe é estranho. Ou seja, era preciso compreender por dentro a lógica do comportamento de um grupo humano, sendo capaz de compreender a formação dessa lógica e, portanto, assimilar como um comportamento familiar. O grande salto que Boas propõe: qual é

o enigma? E por que temos comportamentos tão diferentes se a espécie é única? Boas propõe que é a percepção de que não existe nenhuma ação humana fora de um contexto interpretativo. Todas as ações humanas só existem dentro de um contexto, em que elas são interpretadas. E o ato de interpretar é constitutivo. Portanto, para compreender as ações humanas era preciso compreender os sistemas de interpretação que cada sociedade construiu ao longo da sua história.

Esses sistemas de interpretação não estavam depositados no corpo dos indivíduos e, sim, em um conjunto de artefatos sociais (nas línguas, nos livros, nas religiões, nas ferramentas, nos costumes) que se tornavam, a partir desse enfoque, decisivos para compreender a ação humana e a diversidade cultural. Nasce nesse contexto a Antropologia Cultural.

Por que existe o Brasil?

O que isso tudo tem a ver com o Brasil? Conquistamos a independência em 1822, e a construção da identidade brasileira se torna um problema de difícil solução porque nós não éramos como muitos outros países, que foram colônias como nós, Índia, China etc. Reparem que essas sociedades já tinham uma existência anterior, muito profunda, antes de serem colônias. Na história dessas sociedades, a condição colonial era uma idéia entre um passado nacional e um presente colonial. Não é o caso do Brasil, porque o país que emergia no século XIX não era uma linha entre passado e presente. Era uma coi-

sa nova, nova condição geográfica, novas relações, nova língua e uma sociedade muito estranha ou muito específica.

Começam a se colocar nessa época certas questões que só podiam ser selecionadas naquele contexto de forma negativa, porque a nossa elite ao olhar para a Europa e beber na fonte da cultura européia recebia influência das correntes dominantes: o determinismo geográfico e o racial. Ambos os caminhos nos conduziam a construir uma imagem negativa do Brasil. É aquela história de que



“não existe pecado do lado de baixo do equador”, “passou do equador as coisas se misturam, é muito quente, todo mundo é suado, não precisa se esforçar muito...”. Esse é o determinismo geográfico. O determinismo racial vai dizer que não tínhamos raça pura; e todo o Brasil vai tentar se reconhecer em um espelho europeu.

A imagem que o Brasil tem que construir de si mesmo é a de não europeu. Isso nos conduz a uma

crise ideológica e cultural extremamente complicada. Por que existe o Brasil? Qual o sentido da nossa existência? São perguntas que não estavam claras. Existem várias tentativas de descobrir a solução, mas só começamos a puxar um pouco o fio da nossa meada, praticamente 100 anos após a nossa independência. Não por acaso, depois da 1ª Guerra Mundial que deu uma enorme crise na cultura européia.

A Europa não era o “lôcus da civilização”? Pois bem, como essa Europa tão culta havia produzido o maior morticínio da história humana? Foi a primeira guerra em que a morte foi “produzida” em escala industrial. Isso gera uma enorme crise na cultura européia e as vanguardas vão começar a recusar a cultura. E a intelectualidade brasileira começa a ouvir que ter luz é bom, ter ritmo é bom e começa a dizer: “opa, meu país tem isso!”. Começa a se libertar da prisão cultural européia. A gente pode ver isso na música. Quem era nossa referência, antes? Carlos Gomes, que compõe óperas como Verdi, Wagner. Quem vai ser nossa referência de música? Villa Lobos, que utiliza o violão, instrumento dos marginalizados porque até então fazer música era utilizar o quarteto de cordas.

Drummond escreve: “tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha

uma pedra”. Não só Drummond, mas Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, vão começar a nos dizer que a língua que o nosso povo fala é uma língua bonita, sem mistérios. Na pintura, vamos sair de Pedro Américo e ter Portinari. Enquanto isso acontecia, nos anos 20, está sendo escrita uma obra que vai revolucionar a imagem do Brasil. Ela só será publicada em 1934, mas é escrita por um jovem que nasceu em 1900, foi para os EUA em 1918 e um pouco por sorte e um pouco por mérito esse jovem brasileiro acaba caindo na Universidade de Colúmbia, na grande turma de alunos de um professor que já formou sua teoria, que está constituindo a sua primeira formação de discípulos: Franz Boas. Nessa turma tem um brasileiro chamado Gilberto Freire. Ele retorna ao Brasil no início dos anos 20, de posse de um instrumental teórico novo, que permite olhar o Brasil de uma outra maneira. E ele, muito ambicioso, está mobilizado em escrever uma grande obra.

Uma idéia de Brasil

Gilberto Freire tem a sorte de voltar para aquele que é o maior laboratório do mundo para a antropologia cultural, Brasil. E assim como Boas, 30 anos antes, tinha olhado para coisas comuns que ninguém prestava atenção, Gilberto Freire volta para o Brasil e presta atenção em coisas que ninguém dava atenção. Ele vai olhar para o cotidiano e romper com a idéia que a história do Brasil e a compreensão do país têm que se fazer a partir do Estado ou das instituições formais.

Gilberto Freire vai resgatar o



papel civilizatório de negros e índios dessa formação social brasileira; e dos portugueses ele vai olhar a capacidade de se misturar, a plasticidade, que é a capacidade de se adaptar, e a mobilidade. E Freire vai dizer que a colonização portuguesa é diferente da anglo-saxônica, pois aonde os povos anglo-saxões chegam se fecham. E aqui tivemos um colonizador que se deixou colonizar, se dominar pelo seu dominado.

Freire vai estudar, então, esse processo de fusão que vai acontecer no Brasil de maneira ímpar.

E para isso vai olhar basicamente a família extensa, porque é dentro da casa que ocorre a interpenetração. É lá que o escravo doméstico coloniza o seu senhor.

Freire vai tentar responder por que o Brasil existe. Vai dizer que o nosso sentido não está na economia, na política, nas instituições; e sim na formação de uma nova cultura. Freire vai dar uma saída para o Brasil e ele é radical ao dizer que somos muito mais do que os EUA. Porque o EUA, embora também seja uma sociedade multiétnica, não têm essa miscigenação, que é genética, física, é que faz o Brasil. Gilberto Freire vai se tornar nas décadas seguintes o intelectual de enorme influência na cultura brasileira, não só pelo mérito do seu trabalho, mas porque já nos anos 40 surge um romancista que vai ser o Paulo Coelho da época: Jorge Amado.

Todos os personagens de Jorge Amado são capoeiras, mulatas etc., e ele populariza a antropologia cultural. E pela primeira vez o homem do século XX vai tendo uma imagem do Brasil que não é negativa do não europeu; é a imagem de nós mesmos. Santos Dummont tem um texto maravilhoso que diz “aqueles ingleses ficaram tentando durante

décadas inventar o avião. Mas alguém acha que um grupo de gente que joga rugby e come bife pode conseguir voar?” “Era preciso chegar um brasileiro magro, sutil, esperto pra poder enganar a natureza e voar”. E nas décadas seguintes o Brasil vai construindo uma idéia de si mesmo e vai construindo os seus heróis: Macunaíma e depois um grande herói nacional que é o Mané Garrincha. E era exatamente o que o Gilberto Freire dizia: é o anti-europeu, o anti-atleta, magrinho, perna torta. Reparem: o Garrincha, assim como o Romário, não poderiam ser atletas de elite em outro esporte. O Garrincha podia jogar basquete? Claro que não. Romário também não. Mas o futebol tem a esperteza, a malandragem e por isso o futebol passa a ser o esporte nacional porque expressa esse jeito macunaíma de ser.

O problema brasileiro hoje é que nós depois de um imenso esforço construímos fundamentos de uma idéia de Brasil, onde a alavanca brasileira podia ser colocada para impulsionar o país.



O que vem acontecendo é a destruição da identidade, que é fundamental para qualquer sociedade. Nós temos sido golpeados na destruição da nossa idéia de Brasil. Não é substituição por outra idéia e é a substituição por uma não-idéia. Ignácio Rangel em sua tese, em 1952, ele começa dizendo que vai tratar de desenvolvimento. “Quem pensa que desenvolvimento é coisa fácil, que desenvolvimento se faz sorrindo, está muito enganado”. Só se desenvolvem os povos que se colocam à altura desse desafio e que pagam por ele. ☺

Curso de Filosofia e Política (de 2 de agosto a 4 de outubro de 2006 - às quartas-feiras - de 18h45 às 21h30)

América Latina: História, economia e cinema (de 5 de agosto a 30 de setembro - sábados - de 10h às 14h)

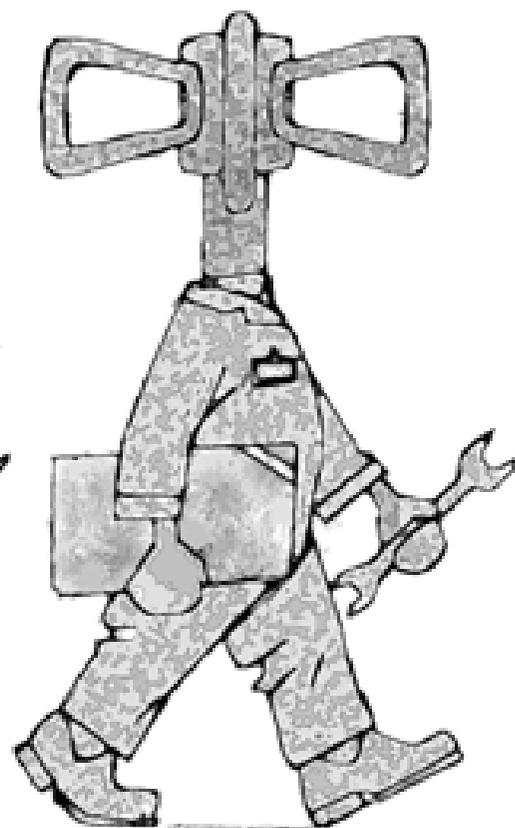
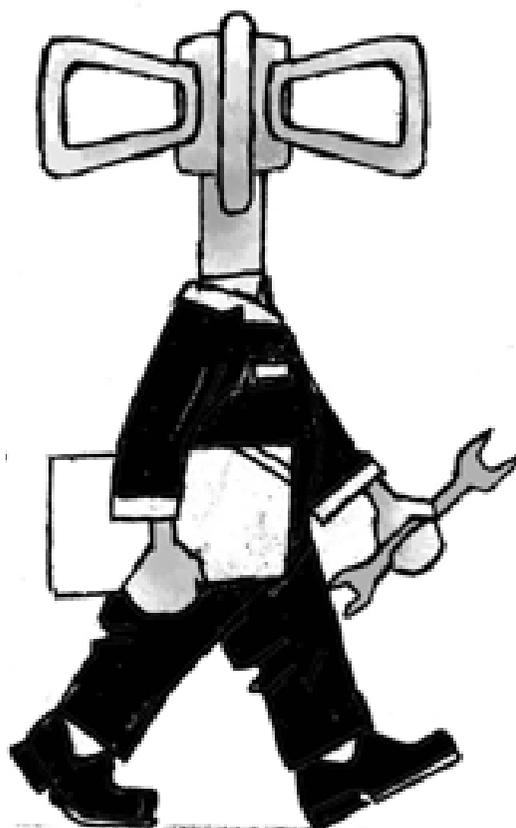
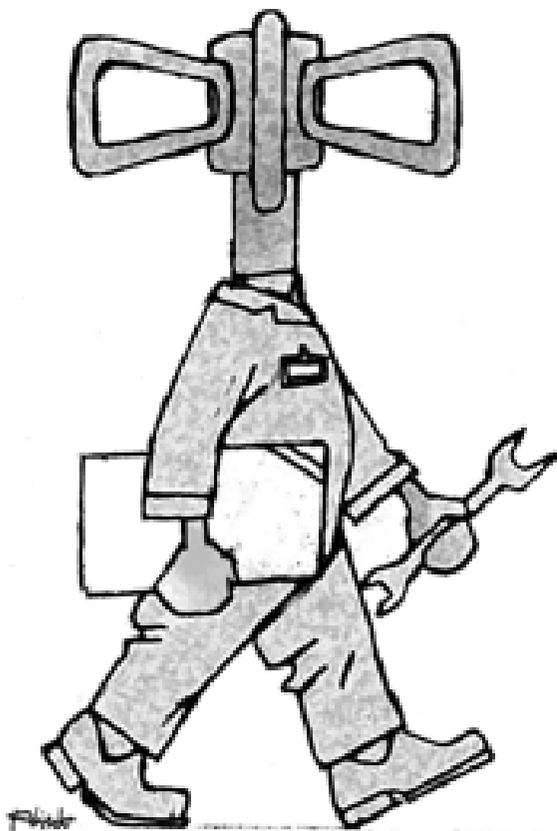
Matemática Financeira Básica (7 de agosto a 25 de setembro - às segundas-feiras - de 18h45 às 21h30)

Argentina: Questões sobre ontem e hoje (dias 15, 22 e 29 de agosto - terças-feiras - das 18h45 às 21h30)

Tomada de decisão em projetos (5 de setembro a 23 de outubro - às terças-feiras de 18h45 às 21h30)

O pensamento econômico de Karl Marx (14 de setembro a 30 de dezembro - às quintas-feiras - de 18h45 às 21h30)

As catracas na 'nova gestão' pública



A reforma neoliberal do Estado trouxe conseqüências no modo de gerir a administração pública brasileira. Uma delas foi a mudança nos processos burocráticos de controle da gestão pública, nas diferentes esferas do poder público: federal, estadual e municipal.

O primeiro passo para a sua viabilização foi a reforma constitucional de 1988. Os recursos materiais e monetários passaram a ser distribuídos por critérios de eficiência, cujos parâmetros foram estabelecidos sob orientações de agências reguladoras externas, a exemplo do Banco Mundial, para a implementação da nova racionalidade do Estado contemporâneo, concebido a partir da lógica de funcionamento da empresa privada, isto é, do lucro.

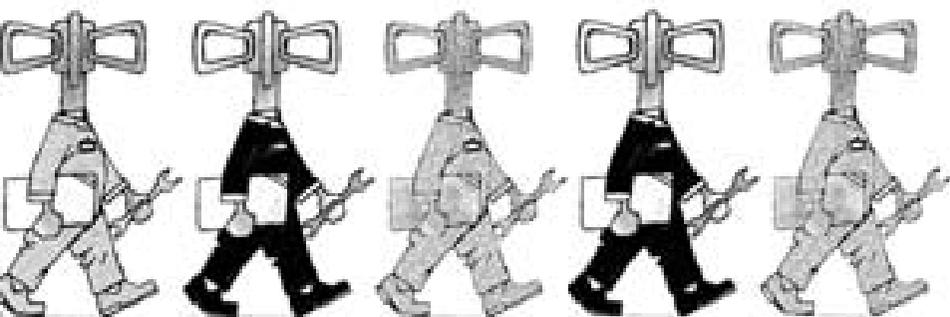
■ Antonio de Ponte Jardim
Pesquisador do IBGE

Na nova ordem, a criação é delimitada, embora seja múltipla, por estar a serviço da racionalidade instrumental, que codifica o modo de ser de um país, em suas diversas manifestações culturais, nos diferentes níveis de representação política, impondo-lhes novos parâmetros de comparabilidade, qualidade, eficiência, entre outros critérios de gestão. Não importam as diferenças históricas e sociais existentes, já que “todos nós caminhamos para um mundo sem

fronteiras”, as quais se unem em uma só: a fronteira do capital.

Em sua essência, a racionalidade instrumentalizada determina quem e o que é necessário, quais são os segmentos sociais que estão “aptos” para produzir e consumir determinados produtos e serviços. É a modernização às avessas. Nesse sentido, a administração do cotidiano, apontada por Henri Lefebvre, nos anos 60, exclui as utopias individuais, transformando o agir em fazer (em ato, atividade, processo educativo em treinamento).

Desapropria-se o papel das utopias individuais e das práticas sócio-políticas do poder de transformação



social. Cria-se uma diversidade de especialistas, nos diferentes níveis, responsáveis pela diversidade de estatísticas que, geralmente, não retratam os movimentos da sociedade e da economia, mas fragmentam a realidade social, econômica, histórica e política do país, com o intuito de “explicar” processos sociais e econômicos, em curso, a partir de uma racionalidade recriada e imposta por novos indicadores sociais e econômicos.

Na nova lógica, a funcionalidade da gerência assume o controle do fazer, para que não haja nenhum desvio das metas previstas. Temos, em princípio, o retorno ao taylorismo/fordista (neotaylorismo), onde a visão da realidade é concebida como uma forma mecânica, previsível e, portanto, controlável, via tempo cronometrado. É a volta a práticas do taylorismo que separava o saber (a gestão, o planejamento) da execução do fazer, cujo controle burocrático se faz presente na implantação de catracas nos órgãos públicos, via discurso da transparência da gestão pública.

A modernização técnico-burocrática imposta pelo novo contrato societário de trabalho, com tarefas e procedimentos bem definidos, a partir de novas tecnologias informacionais, torna a gerência eficiente, desde que os técnicos sejam bem

treinados e qualificados, com fins e propósitos determinados. As diferentes especializações e a multifuncionalidade contribuem para a diminuição do tempo de execução, reduzindo o montante de técnicos excedentes e aumentando, assim, a eficiência do trabalho, embora o discurso dos tecno-burocratas seja de escassez de pessoal qualificado.

Escassez na abundância

Nesse sentido, em nada mudaram os princípios de eficiência da racionalidade weberiana, do fazer da melhor maneira possível, a partir de parâmetros determinados, com fins e propósitos definidos, tão bem apropriados pelo neotaylorismo. Só com um agravante: diminuição do tempo e do número de técnicos socialmente necessários para a elaboração das tarefas exigidas.

Na empresa privada, diminui-se a mão-de-obra e impõe-se a multifuncionalidade dos técnicos. Na empresa pública aumenta a escassez de técnicos especializados e o subaproveitamento dos existentes, pelo fato que sobram em determinadas áreas e faltam em outras. No geral, temos a diminuição dos salários e aumento do trabalho. Portanto, desvalorização da força de trabalho, com alguns poucos sendo bem remunerados, via gratificações de chefia, cujas implicações são responsáveis, por exemplo, pelo aumento do clientelismo político.

Em nome das demandas institucionais, especialmente relacionadas à gestão estatal, poucos são incluídos em projetos, embora teoricamente todos os funcionários estejam alocados em determinada gerência. Reproduz-se a lógica da “inclusão sem pertencimento”. O que isto quer dizer? Reproduz-se no interior das gerências o discurso que poucos estão “capacitados”

para executarem as novas demandas dos setores públicos e privados. Justifica-se a lógica perversa que a maioria capacitada é desnecessária e disfuncional: cria-se a escassez na abundância. Prática fundamental do discurso do Estado Mínimo (Nozick, 1991) e eficiente e gestor dos interesses privados.

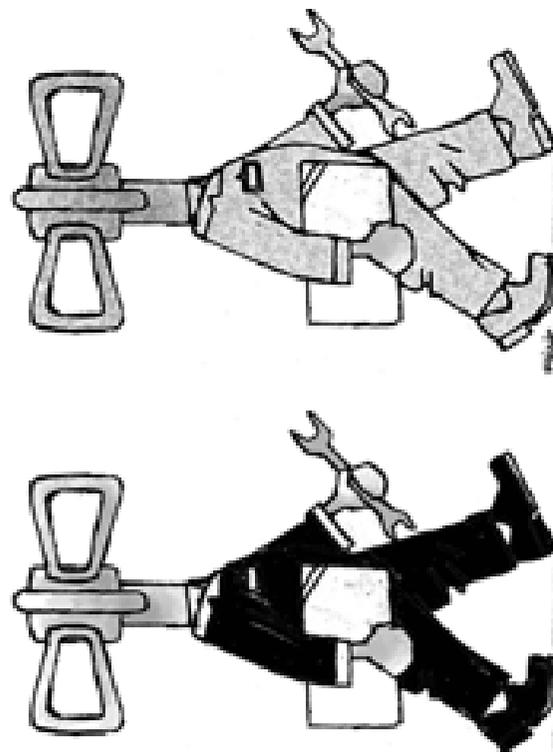
A partir dessa lógica instrumental surgem os “desnecessários”, aqueles que supostamente não estão “preparados” para a nova ordem e/ou não pensam de acordo com as exigências de ajuste à nova racionalidade. São a maioria, mas considerados como exceções, e que insistem em interpretar o mundo a partir de suas vivências e necessidades, cujas escalas de valores e de ação política são fundamentais para as suas sobrevivências, enquanto resistência à nova ordem técnico-burocrática e para a consolidação e a recuperação de suas memórias, assim como para a formação de suas identidades sociais e culturais.

As estatísticas nesse contexto

Faz-se necessário produzir “estatísticas confiáveis”, que satisfaçam aos critérios da racionalidade instrumentalizada, com vistas a gerar novos padrões de consumo e de controle técnico-gerenciais, essenciais para a manutenção da nova ordem mundial e interna, embora aumente a desordem política, econômica e social.

A “realidade” passa a ser reconstituída por retratos que se sobrepõem, em diferentes momentos, com objetivo de “apreender” diferentes tipos sociais, econômicos e políticos, de ações previsíveis num sistema de correlações temporais e espaciais.

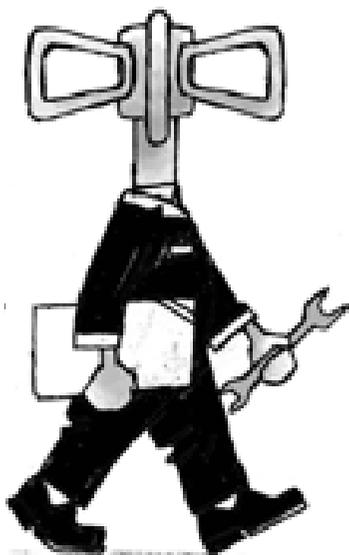
Nesta nova racionalidade de compreensão da realidade, a lógica da gerência torna-se perversa, já que exclui o passado, enquanto



processo resultante de diferentes ações históricas específicas, procurando cumprir, de forma consciente ou não, a função de destruir a memória social, técnica e institucional, com vistas à modernização técnica e administrativa.

O papel do gerente na nova ordem estabelecida pela reforma do Estado brasileiro está assentada na confiança, na solidariedade imposta e na defesa de interesses clientelistas. Portanto, temos que pensar: queremos gerentes ou administradores comprometidos com os interesses nacionais?

O que está em discussão é a nova ordem gerencial, implementada numa estrutura política administrativa voltada para interesses externos ao país. Na nova ordem, desperdiça-se o que se tem de melhor, os nossos técnicos críticos voltados para os interesses internos. Temos que repensar a nova forma de gerenciar, que é responsável pela produção artificial de uma escassez limitada de cérebros comprometidos em pensar o país para o próprio país. Neste sentido, as catracas não terão vida longa, já que o próprio pós-fordismo é crítico, por princípio, da separação entre os que pensam e executam as atividades técnicas. ■



AMÉRICA LATINA

É TEMA DE CURSOS NO CONSELHO

A América Latina será o foco de dois cursos que terão início em agosto, no Corecon-RJ. O primeiro deles – História, Economia e Cinema – implica em um desafio: combinar três áreas de conhecimento – história, economia e cinema – para proporcionar compreensões sobre a América Latina, desde sua colonização.

O curso terá início em 5 de agosto, estendendo-se até 30 de setembro. Serão 32 horas de aula, divididas em oito encontros semanais, nas manhãs de sábado. A opção pela linguagem cinematográfica se justifica, segundo o professor (...), por essa linguagem ser um “elemento facilitador para a aproximação dos alunos de diferentes cursos de graduação”.

Ou seja, através das “falas” do cinema entender o mundo latino-americano e confrontar as “realidades” diversas, e, quem sabe, antagônicas ou não, presentes nas linguagens e propostas dos filmes nos quais o curso estará ancorado.

O outro curso sobre a realidade latino-americana terá por foco o seguinte tema: Argentina: questões sobre ontem e hoje. Serão três encontros, às terças-feiras, a partir do dia 15 de agosto, das 18h45 às 21h30.

O professor Andrés Ferrari Haneis vai buscar reconstituir a história do país, da colonização à formação do Estado nacional, e, segundo ele, “a linha mestra será a análise sobre o relacionamento elites-sociedade, suas visões e projeto de país, e suas respectivas reações diante as mudanças no tempo”.

“A questão principal é entender como a política econômica que liquidou a tradicional base igualitária da sociedade argentina teve tanta popularidade”, diz o professor Andrés, referindo-se às duas eleições de Carlos Menem, um dos artífices, senão o principal, do projeto neoliberal que levou ao desmonte da Argentina.

Além desses, o Corecon-RJ te-

rá outros cursos que serão iniciados em agosto, entre os quais, dois que tiveram boa aceitação no ano passado. Um deles é de Filosofia e Política, a se iniciar em 2 de agosto, que terá 30 horas, sempre às quartas-feiras, das 18h45 às 21h30.

Ministrado pelos filósofos Miguel Angel de Barrenechea e Luiz Celso Pinho, o curso se propõe a buscar compreender o pensamento atual do mundo ocidental, a partir da história da filosofia, iniciando-se, para tanto, pelos pré-socráticos e seguindo até Aristóteles.

Matemática financeira

O curso Matemática Financeira Básica, da professora Sílvia dos Reis Alcântara Duarte, é um dos que mais atraem interesse entre economistas e estudantes de outras áreas, além da economia. Isso se explica por se tratar de uma série com 24 horas de aulas em sua grade, tendo por objetivo “apresentar os conceitos fundamentais da matemática financeira com exemplos aplicados ao mercado financeiro brasileiro, utilizando, como ferramenta para a resolução dos exercícios, a calculadora HP-12C”.

Ele terá início no dia 7 de agosto, terminando em 25 de setembro, sempre às segundas-feiras, com aulas também no horário de 18h45 às 21h30. Todos os cursos serão nas salas de aula do Corecon-RJ, no 16º andar do prédio onde fica a sede do Conselho, na avenida Rio Branco, 109.

Mais informações sobre os cursos oferecidos pelo Conselho podem ser obtidas no portal dos economistas – www.economistas.org.br.

BIT
company
Educação & Tecnologia
Formando para o mercado de trabalho
Enriqueça sua formação!

A BIT Company oferece cursos especiais para você ampliar sua qualificação profissional

Qualificação em Administração e Informática
Conceitos e técnicas administrativas e os principais softwares e ferramentas de informática usadas no dia-a-dia das empresas.

Informática Profissionalizante

- Windows, Word, Excel, Access, PowerPoint, Internet
- IAP (Informática no Ambiente Profissional)

Administração e Negócios

- Administração de Empresas
- Finanças
- Marketing

Parceria com o CORECON-RJ Aproveite!

www.bitcompany.com.br

TEL.: 3380-9700

Unidade Centro - Rio
Rua Buenos Aires 90 - 4º andar

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

LDO: projeto do Executivo é capenga

POSTERIORMENTE, a lei federal que trata das finanças públicas – Lei de Responsabilidade Fiscal – agregou outras atribuições, dentre as quais, destacamos as “normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas orçamentários” (art. 4º, I, e). Com efeito, aprofunda-se a função de elo das peças orçamentárias entre o planejamento e as finanças, tornando-se, assim, a LDO em valioso instrumento de controle sobre o poder público, seja para o administrador, seja para a cidadania.

Entretanto, o avanço no arcabouço legislativo não tem sido acompanhado pela realidade. Mesmo após 16 LDOs, o projeto encaminhado pelo prefeito Cesar Maia é de pouca utilidade. É impossível identificar as prioridades e suas metas, diante de um rol em que estão elencadas todas as atribuições governamentais.

Pior. Mesmo o extenso rol pode ser modificado se surgirem “novas demandas”. Sua inutilidade é agravada ainda pela ausência de avaliação dos programas executados. Igualmente decepcionante é a orientação para a elaboração da Lei Orçamentária, em que estão previstos a adequação de estrutura e o indefectível remanejamento de uso indiscriminado. Por fim, a disposição sobre as alterações na legislação tributária está insuficiente, pois não há explicitação do que é pretendido com o possível aumento da arrecadação decorrente.

Tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica carioca estabelecem categoricamente as atribuições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a chamada LDO. São três: definição das metas e prioridade para o exercício vindouro, orientação sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a disposição das possíveis alterações na legislação tributária.

Diante de tal projeto de LDO capenga o Legislativo tentou modificá-lo, de forma a atender a sua destinação constitucional. É oportuno ressaltar a constatação de um número expressivo de vereadores conscientes e atuantes na questão orçamentária. Tanto que, neste ano, o FPO-RJ não encaminhou sugestões de emenda, pois várias de suas propostas anteriores estão sendo contempladas, por iniciativa dos próprios parlamentares.

As emendas

As emendas visaram a:

- Evitar a descaracterização da LOA, estabelecendo que a abertura de crédito que exceda o limite de 15% por projeto ou atividade seja submetida à aprovação do Legislativo.
- Evitar que a população carioca se prejudique, se o projeto de Lei Orçamentária para 2007 não for aprovado até 31/12, apresentando a exclusão das despesas com assistência social,

previdência, saúde, educação, serviço de dívida e outros, sendo essas executadas de acordo com a necessidade e que não sejam interrompidas as despesas com obras para os Jogos do Pan.

- Suprimir adequação de receita não prevista, pois a mesma coloca o processo de planejamento na “contramão”.
- Coibir a possibilidade da mudança da estrutura orçamentária e metas e prioridades estabelecidas na LDO.
- Garantir transparência das informações orçamentárias através de demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia; demonstrativo dos gastos relativos ao Pan, no seu menor nível de detalhamento; demonstrativo da previsão dos gastos com pessoal relativos à terceirização e seus respectivos programas de trabalho;

demonstrativo contendo os indicadores sócio-econômicos das diversas regiões do município; quadro de cumprimento das metas de arrecadação.

- Possibilitar fiscalização orçamentária, fixando metas de resultados para o próximo exercício por região, com indicadores tais como sanitários e epidemiológicos; a relação entre os indicadores de resultado priorizados e os respectivos problemas e necessidades sociais que se pretenda atender com as ações públicas; área responsável e o respectivo gerente da meta de resultado; custo total previsto e fonte de recursos para custeio das ações previstas para o cumprimento da meta regionalizada.

- Garantir que as metas e prioridades tenham entre as suas funções a de reduzir desigualdades entre as diversas áreas e subáreas de planejamento do território do município.

A despeito do avanço de alguns setores do parlamento carioca, conforme mencionado, a maioria parlamentar submissa ao Poder Executivo não aprovou as mudanças e, assim, a LDO de 2007 será mais um documento a ser arquivado e esquecido. 

Dia do Economista terá palestras na ABI

Será no dia 10 de agosto, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Centro, a comemoração do Dia do Economista – 13 de agosto – que, neste ano, cairá em um domingo.

A comemoração coincidirá com a palestra do professor e presidente do Corecon-RJ, João Paulo de Almeida Magalhães, que vai abordar, no ciclo Pensando o Brasil, o tema “Uma visão de

longo prazo para o desenvolvimeto”. E terá também uma palestra da professora Rosa Marques sobre políticas sociais.

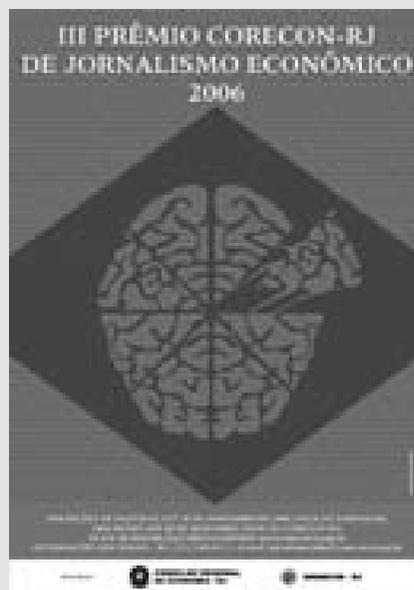
A celebração do Dia do Economista terá início às 17h30, com a entrega do Prêmio de Monografia aos vencedores e, ao final, será servido um coquetel comemorando a data em que, em 1953, a profissão de economista foi finalmente regulamentada. 

Lançado III Prêmio de Jornalismo

O Corecon-RJ está lançando o III Prêmio de Jornalismo Econômico, destinado a publicações impressas em jornais, revistas, periódicos e informativos, escritos em português e com sede no Rio de Janeiro.

O objetivo é incentivar a produção de um jornalismo crítico, que contribua para uma melhor e mais ampla compreensão da realidade econômica brasileira e que seja ao mesmo tempo formador de opinião e fonte de informação para uma visão crítica da economia nacional.

Os jornalistas poderão concorrer com até três matérias, desde que publicadas no período entre 1º de setembro de 2005 e 30 de setembro de 2006. As inscrições vão até 30 de novembro e deverão feitas na própria sede do Conselho, com a apresentação de três cópias ou reprodução das matérias em que estejam visíveis o nome do veículo, do autor e a data. Em caso de matérias não



assinadas, a autoria deverá ser atestada pela Chefia de Reportagem, Editor ou equivalente.

Maiores informações podem ser obtidas tanto no Portal dos Economistas, na internet – www.economistas.org.br - quanto através do telefone 2103-0111, com Márcia Ayres. 

Convênios realizados em 2006

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO

Rua Professor José de Souza Herdy, 1160 – Duque de Caxias/RJ
Tel: (21) 2672-7707 – 2672-7736
15% sobre o preço da mensalidade para todos os cursos oferecidos, exceto Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia. Campus Duque de Caxias e Lapa

VIP CLASSE BRASIL TRANSPORTES TURÍSTICOS

Rua Coimbra, 450 – Penha Circular – Rio de Janeiro/RJ
Telefax: (21) 3887-9286 – Plantão 24 horas: 7817-9276
Preços diferenciados para economistas registrados, conforme a localidade.

ÓTICA HIPER VISÃO

Rua Voluntários da Pátria, 45 – Loja B – Botafogo/RJ
Tel: (21) 2286-6052
20% desconto para pagamento à vista;
até 12% para pagamento à prazo;
crediário em até 6 (seis) vezes, sem juros;
atendimento exclusivo no trabalho ou residência.

ARGUS – CULTURA E TREINAMENTO LTDA.

www.argoscultura.com.br
Tel: (21) 2544-1525 – Av. Treze de Maio, 41/2º andar – sala 201
Cinelândia – Centro – Rio de Janeiro/RJ
10% de desconto sobre todos os cursos oferecidos
Cursos preparatórios para carreira diplomática e internacional

AUTÊNTICA EDITORA

COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.

Rua São Bartolomeu, 160 – Bairro Nova Floresta
Belo Horizonte – MG – Tel: (31)3423-3022
10% para compra de até 3 títulos;
15% para compra de 4 até 10 títulos;
20% para compra de 10 ou mais títulos.
Obs: não será cobrado custo de remessa!

SHIATSUTERAPIA – GABRIELA CLAUDIA FREUDENREICH

Av. Nossa Senhora de Copacabana, 794/704 sala
Copacabana – Rio de Janeiro – RJ – Tel: (21) 3473-3474
25% para sessão de acupuntura auricular;
25% para sessão de shiatsu.

ESPAÇO PSI – PSICOLOGIA SAÚDE & INDIVIDUAÇÃO

PSICÓLOGAS: ANA CAROLINA PERRELA E VALÉRIA TAVARES
Atendimento psicológico individual: crianças, adolescentes e adultos. Orientação profissional para grupos de adolescentes. Cursos de Orientação Profissional e Introdução à Arte-terapia Junguiana. Workshops de Arte-terapia.
30% de desconto sobre o valor médio de referência da Tabela Nacional de Honorários dos Psicólogos.

COOPANGIO – COOPERATIVA DOS ANGIOLOGISTAS E CIRURGIÕES VASCULARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA

Av. Venezuela, 131 – sala 509 – Pça Mauá – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 2240-4880 – 2533-7905
20% a 50% de desconto, conforme o procedimento, segundo tabela para conveniados.

BIT COMPANY FRANCHISING

Rua Buenos Aires, 90 – 4º andar – Centro/RJ
Tel: (21) 3380-9700 – www.bitcompany.com.br
15% sobre os diversos cursos de informática e qualificação profissional.

CIRURGIÃO DENTISTA – CAMILA FERREIRA DE CASTRO

Rua Medina, 150 – Sala 405 – Méier – Rio de Janeiro
Tel: (21) 3285-0065 – 2576-7664
Descontos variados, conforme modalidade de tratamento (tabela especial para economistas)

NÚCLEO ORIENTAL DE ESTUDOS E TERAPIAS LTDA.

JOÃO WILSON ALVES CAMODEGO

Rua Maria Antonia, 159 – Engenho Novo – RJ
Tel: (21) 3278-1247 – 8876-8973
20% a 50% para o pacote de 10 sessões
Fisioterapia convencional, Pilates, RPG, Acupuntura + Auriculoterapia, Ortopedia e Reumatologia, Shiatsu.

Demais convênios na homepage do Corecon-RJ:
www.economistas.com.br